

**SEMANA DO TRABALHADOR PENITENCIÁRIO: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

PENITENTIARY WORKER WEEK: AN EXPERIENCE REPORT

Alline Alves de Souza¹

Cristiane Paulin Simon²

Geovana de Souza Henrique dos Santos³

Vitoria Ruvieri Pacheco⁴

Resumo

Observa-se considerável escassez de publicações abordando a saúde do agente de segurança penitenciária (ASP), bem como poucas intervenções voltadas para a prevenção do adoecimento ocupacional desses trabalhadores. Diante disso, este trabalho descreve a experiência de atividades de promoção de saúde voltadas aos ASP, objetivando desenvolver e articular ações de promoção da saúde e de qualidade de vida dos agentes penitenciários, almejando a prevenção de adoecimentos relacionados ao trabalho. Este trabalho se desenvolveu junto a uma penitenciária da região do Triângulo Mineiro, por meio de uma parceria firmada entre uma Agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e uma Universidade Pública. Realizou-se uma “Semana do Trabalhador Penitenciário” com oficinas, palestras e dinâmicas de grupo no período matutino, no próprio local de trabalho, com o objetivo de promover a saúde dos ASP. Foram abordados os seguintes temas: empreendedorismo, qualificação profissional, motivação no trabalho, previdência social e meditação, cultura e lazer. As ações desenvolvidas possibilitaram a discussão coletiva de estratégias de superação das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no ambiente de trabalho e em seu contexto de vida.

Palavras-chave: *Agentes Penitenciários; Saúde do Trabalhador; Promoção de Saúde, Previdência Social.*

¹ Psicóloga e Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Psicóloga do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

² Docente da disciplina Saúde e Sociedade do Departamento de Saúde Coletiva do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Coordenadora do NUPPESP/CNPq (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde no Sistema Prisional). Departamento de Saúde Coletiva do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

³ Terapeuta Ocupacional, Mestre em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Assessora Técnica do Serviço de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

⁴ Psicóloga e pesquisadora no NUPPESP/CNPq (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde no Sistema Prisional).

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Abstract

There are few publications examining the health of the penitentiary security agent (PSA), as well as few interventions aimed at preventing the occupational sickness of such workers. Taking this into account, this study describes the experience of health promotion activities addressed to PSAs, aiming to develop and articulate actions promoting health and life quality of the penitentiary agents, objectifying the prevention of the illnesses related to labor. This paper was developed together with a penitentiary in the Triângulo Mineiro region, through a partnership between an Agency of the Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Reference Center in Occupational Health (CEREST) and a Public University. A “Penitentiary Worker’s Week” was held with workshops, lectures and group dynamics in the morning at the workplace, with the objective of promoting the health of the PSAs. The following themes were approached: entrepreneurship, professional qualification, motivation at work, social security and meditation, culture and leisure. The actions developed allowed the collective discussion of strategies to overcome the difficulties faced by workers in the work environment and in their life context.

Keywords: *Penitentiary Agents; Worker's health; Health Promotion, Social Security.*

Introdução

O ambiente de trabalho no sistema carcerário, em geral, oferece aos seus trabalhadores condições insalubres e precárias. Dessa forma, o profissional comumente sofre com a exposição a riscos químicos, tais como, fumaça de cigarro; a riscos físicos, tais como, ruídos, calor excessivo; a riscos biológicos, tais como, vírus e falta de água potável, banheiros e instalações sanitárias e a riscos ergonômicos, tais como, posturas desconfortáveis e tarefas repetitivas (FERREIRA; SOUZA, 2016).

Existem no Brasil aproximadamente 93.557 servidores penitenciários na ativa para cerca de meio milhão de presos, evidenciando assim, a escassez de capital humano nas instituições do sistema prisional. Dentre os trabalhadores que atuam no sistema carcerário, destacam-se os agentes penitenciários que são responsáveis por manter o confinamento, a disciplina e a segurança no cárcere. Esses profissionais, em geral visualizam o cargo de agente de segurança penitenciária (ASP) como uma forma de conseguir estabilidade financeira, haja vista que muitos agentes pertencem à mesma classe econômica e social dos detentos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010; SOUZA et al., 2015),

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Os ASP estão em contato direto com os detentos e, por isso, podem sofrer intimidações e até mesmo agressões que ameaçam a sua integridade física e mental. Principalmente, porque os presos expressam todos os seus sofrimentos e a suas frustrações em primeiro lugar para os agentes, que por sua vez, sofrem com a exaustão e o esgotamento emocional, em virtude dos relacionamentos estressantes, crônicos e violentos presentes no ambiente prisional (BOUDOUKHA et al., 2011).

As características desta atividade laboral podem, dessa forma, contribuir para o aumento do adoecimento relacionado ao trabalho e, como resultado, para o aumento do absenteísmo e dos afastamentos e para o baixo rendimento no trabalho (JASKIVIAK; FONTANA, 2015; TSCHIEDEL; MONTEIRO, 2013). Conseqüentemente, observa-se um aprofundamento dos inúmeros problemas já existentes no sistema prisional brasileiro, que segundo Andrade e Ferreira (2015) não tem conseguido alcançar sua meta de recuperar e reintegrar o detento à sociedade, tendo em vista que os índices de reincidência nacionais estão entre os maiores do mundo.

Outro fator que pode agravar a situação de saúde dos agentes penitenciários é o fato de que são requeridas inúmeras competências físicas e afetivas por parte do agente, dentre elas a força física e o controle emocional para lidar com o estresse inerente à atividade profissional e para suportar a sobrecarga de trabalho, considerando que a maior parte das instituições prisionais do país está superlotada. Dessa forma, em decorrência do estresse ocupacional, muitos trabalhadores recorrem ao consumo abusivo e dependente de álcool (DIMENSTEIN et al., 2017).

Embora sejam impostas várias exigências ao trabalhador para exercer a função de agente penitenciário, este profissional, quase sempre, não recebe apoio institucional, reconhecimento, nem mesmo condições de trabalho favoráveis. Estudos realizados com agentes penitenciários evidenciam outros desafios presentes no trabalho, dentre eles: os conflitos interpessoais entre a equipe de trabalho, o receio dos trabalhadores da área em exporem sua identidade profissional, nos espaços sociais por medo de se tornarem objeto de violência, com risco à própria vida e de seus familiares, a insatisfação em relação à remuneração que é considerada injusta e inadequada e a falta de oportunidade de crescimento profissional e de ascensão na carreira (DAVEY, 2018; FAGUNDES; COSTA; MOREIRA, 2017; RUMIN et al., 2011; TSCHIEDEL; MONTEIRO, 2013).

Foi possível identificar, dessa forma, que a saúde dos agentes penitenciários pode ser afetada por problemas originados do relacionamento com os colegas e com os detentos, da natureza do trabalho, das condições do ambiente laboral e de questões organizacionais referente às políticas de gestão de pessoas de remuneração e de promoção. Diante desses desafios encontrados no trabalho, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) foi instituída por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 com o objetivo de além de dispor sobre a atenção à saúde do detento, incluir também em suas diretrizes a atenção à saúde do agente penitenciário. Destaca-se assim, a importância da promoção de ações destinadas ao fortalecimento da PNAISP, já que ainda se constata a posição marginal da saúde na política penitenciária nacional, em decorrência dos infrequentes investimentos financeiros na área (SILVA; BRAGA, 2016).

Apesar da relevância social do tema, observa-se ainda uma considerável escassez de publicações abordando a saúde do agente penitenciário, bem como poucas intervenções voltadas para a prevenção do adoecimento ocupacional desse trabalhador (BONEZ; DAL MOR; SEHNEM, 2013; SILVA et al, 2016). Diante disso, este trabalho descreve a experiência decorrente de um projeto de extensão realizado em parceria entre o Serviço de Reabilitação Profissional (SRP) do INSS, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e uma Universidade pública do Sudeste do Brasil, na região do Triângulo Mineiro, com o objetivo de desenvolver e articular ações de promoção da saúde e de qualidade de vida dos agentes penitenciários, almejando a prevenção de adoecimentos relacionados ao trabalho.

1 Instituições parceiras e cenário da experiência

No Brasil os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) são responsáveis por articular ações intra e intersetoriais, para prover atenção integral em saúde aos trabalhadores (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). Por sua vez o Instituto Nacional do Seguro Social, por meio do Serviço de Reabilitação Profissional, desempenha importante papel na assistência aos trabalhadores incapacitados total ou parcialmente para exercerem sua profissão de origem, mas com potencial laborativo

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

residual, com vistas a promover os meios necessários para seu reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (BRASIL, 2010). Já as Universidades contam com a modalidade de projetos de extensão que podem e devem desenvolver à comunidade práticas de políticas públicas transformadoras da realidade social, inclusive no campo da saúde do trabalhador (BENETTI; SOUSA; SOUZA, 2015).

O papel desempenhado por cada uma das instituições no desenvolvimento de ações voltadas ao trabalhador brasileiro, pautadas na Rede Intersetorial de Reabilitação Integral, que tem como objetivo integrar e articular de forma permanente os serviços e ações das políticas de trabalho, educação, saúde, previdência social, assistência social, entre outras, segue os pressupostos da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST). A PNSST, fundamentada nas diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), visa promover a saúde e melhorar a qualidade de vida do trabalhador, além da “prevenção de acidentes e de danos à saúde relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho” (BRASIL, 2011; 2016).

Dessa forma, foi importante que o CEREST, o Serviço de Reabilitação Profissional do INSS e a Universidade somassem forças para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas para a promoção de saúde do trabalhador e a prevenção do adoecimento ocupacional, especialmente ações direcionadas para trabalhadores que apresentam altos níveis de adoecimento físico e mental, assim como os profissionais que atuam no sistema prisional. A realidade do trabalho nas unidades prisionais do Brasil, descrita anteriormente, foi confirmada paralelamente pelas três instituições citadas, que vinham trabalhando com os servidores penitenciários de forma isolada.

A instituição penitenciária, local de trabalho, em que se realizaram as atividades que serão aqui descritas e analisadas, deveria, em 2017, contar no mínimo com 600 agentes concursados ou contratados em serviço, mas atuavam cerca de 260 profissionais, deste total, aproximadamente 60 encontravam-se afastados (ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO, 2017) quando da realização da atividade.

A partir de um levantamento de dados do município em questão, realizado em 2017 junto ao INSS, verificou-se que 29 trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social, que compõe o quadro de contratados pela Unidade Prisional encontravam-se

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

afastados de suas atividades laborais. Destes, 82,8% apresentavam transtornos mentais relacionados ao trabalho. Destaca-se que 31% dos afastados, que exerciam a função de agentes penitenciários, participaram do Serviço de Reabilitação Profissional. Esta categoria profissional foi a que teve o maior índice de encaminhamentos para o Serviço desta Agência do INSS desde 2014.

Por meio do compartilhamento de informações entre o INSS e o CEREST, para fomentar uma ação conjunta, o CEREST efetuou a notificação compulsória dos transtornos mentais relacionados ao trabalho de 10 agentes penitenciários desta instituição carcerária em 2017, inseridos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde; essas notificações representaram 50% do total de notificações de transtorno mental neste ano no município. Os transtornos mentais relacionados ao trabalho integram a lista de doenças de notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador, que deve ser inserida no SINAN, com o objetivo de contribuir com o mapeamento da realidade epidemiológica de determinada região e balizar o planejamento de ações de promoção de saúde e prevenção de adoecimento (BRASIL, 2016).

Bem como apontam os dados da pesquisa realizada nesta instituição carcerária junto aos agentes de segurança penitenciária, por uma docente e uma discente da Universidade parceiras neste projeto, reforçam tal situação e demanda, principalmente, em saúde mental (PACHECO; SIMON, 2017). As pesquisadoras, após respectivo levantamento, chegaram aos seguintes resultados: o trabalho dos agentes de segurança penitenciário tem amplos impactos em suas vidas e em sua saúde, desencadeando repercussões em amplas dimensões existenciais, físicas, psíquicas, sociais e de autopercepção.

Dificuldades cotidianas para satisfazer necessidades fisiológicas, alimentar-se e ou ir ao banheiro durante a jornada de trabalho, manifestações físicas de dor muscular e queda de cabelo, diagnosticadas por profissionais da saúde como decorrentes da tensão emocional e estresse inerentes a função. O momento de descanso, no ambiente externo ao trabalho, não existe de fato, uma vez que eles permanecem em estado de alerta ininterruptamente devido ao risco de perder a vida. Observou-se o quão desesperador é a ausência de momentos de tranquilidade e diminuição do estresse mesmo fora do trabalho (PACHECO; SIMON, 2017).

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Da mesma forma, a ausência de rotina e o risco a que os ASP estão expostos, é uma condição que extrapola o ambiente de trabalho para a vida pessoal e impede o mínimo controle sobre a situação, sobre o corpo, sobre a vida, gerando estresse e angústia. Bem como, episódios de ameaça e agressão direta, verbal ou física, direcionadas aos ASP por parte da PPL são diários e frequentes. Também não são raras as situações de ameaça que chegam até os trabalhadores como um risco eminente à sua integridade física e a segurança de sua família. Isto porque muitos deles, agentes e presos, vez ou outra habitaram espaços comuns, como escolas, bairros, condução pública, entre outros (PACHECO; SIMON, 2017).

O trabalho de ASP é um transformador das relações sociais e familiares dos participantes e os dados desta pesquisa evidenciaram que a população-alvo do projeto encontrava-se em situação de vulnerabilidade, especialmente no que se refere à saúde mental e com raríssimas ações voltadas para a promoção de saúde ocupacional e qualidade de vida.

2 Delineamento da primeira proposta

Diante deste cenário e do encontro dos representantes das três instituições, que envolveu duas psicólogas da Universidade, uma psicóloga do município e uma terapeuta ocupacional do INSS, foi elaborada uma proposta de projeto que envolvesse um levantamento das demandas específicas desta unidade prisional. Para tanto, foi necessário em uma primeira etapa solicitar a autorização da direção da instituição para a realização deste trabalho. Foram realizados contatos com os responsáveis pela Penitenciária em que explicamos os objetivos e as justificativas deste projeto. Além disso, ficou acordado que as ações do projeto deveriam ser previamente agendadas e realizadas de modo a minimizar possíveis problemas à rotina de trabalho e à segurança da penitenciária. O termo de anuência da instituição, foi assinado pela direção da penitenciária e anexado ao projeto de extensão submetido a universidade para aprovação.

Após autorização da instituição, iniciamos os contatos e convites aos agentes penitenciários em que três reuniões foram agendadas e realizadas em dias e horários alternados na sede da penitenciária com o objetivo de divulgar os objetivos do projeto

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

de extensão para o maior número de agentes penitenciários, possível, considerando turnos e plantões. Os trabalhadores foram convidados a participar da reunião pela direção da Penitenciária. Durante cada encontro que durou cerca de uma hora, foi solicitado que os agentes escrevessem de forma anônima as demandas que eles consideravam importantes para serem abordadas pelas ações deste projeto e que sinalizassem se tinham interesse e qual a disponibilidade de horário para a participação nas atividades. Também, foi solicitado para que aqueles que tivessem interesse anotassem telefone para contato, garantindo assim, que não dependeríamos da intermediação da direção da instituição.

As demandas apresentadas pelos trabalhadores foram analisadas qualitativamente a partir da técnica de análise de conteúdo, por meio da categorização que consiste na técnica de redução de dados por meio de codificação e organização temática. Esta análise objetivou identificar as unidades de sentido nas demandas apresentadas pelos trabalhadores, o agrupamento das unidades de sentido em subcategorias temáticas e o agrupamento de subcategorias temáticas e categorias de análise (BARDIN, 2011).

Identificamos quatro categorias descritas a seguir:

Qualidade dos relacionamentos interpessoais dentro e fora do trabalho: reúne demandas relacionadas ao assédio moral no trabalho, às dificuldades em trabalhar em equipe e aos problemas de relacionamentos com os colegas. No que se refere aos relacionamentos fora do ambiente laboral, há referência à vida social e aos problemas do trabalho que acabam tendo impacto negativo sobre as relações sociais e familiares do trabalhador;

Valorização profissional: esta categoria aborda a desvalorização do agente penitenciário e de seu trabalho perante a sociedade e ressalta a importância de divulgar a relevância social desta atividade laboral para a comunidade;

Promoção da saúde mental e física: refere-se ao adoecimento físico e mental que apresenta relação com o trabalho, assim como o alcoolismo, as dores, a tensão muscular, e o estresse psicológico;

Saúde e segurança no trabalho: refere-se às condições de trabalho que envolvem o sistema prisional que incluem a constante falta de segurança ocupacional, o excesso de carga de trabalho e a pressão psicológica intensa.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Este trabalho foi planejado e executado de modo a contemplar as principais demandas apresentadas pela comunidade atendida. Vale ressaltar que a demanda apresentada pelos agentes referente à qualidade dos relacionamentos interpessoais, à valorização profissional, à saúde e à segurança no trabalho e à promoção da saúde mental e física pode ser confirmada pelo estudo de Lourenço (2010) que descreve que o ambiente das prisões representa perigo à saúde e ao bem-estar do trabalhador.

Assim como ficou evidente na pesquisa anteriormente desenvolvida nessa penitenciária a qual as pesquisadoras puderam chegar aos seguintes resultados em relação as percepções dos ASP sobre sua saúde no contexto do trabalho. Permeado pelas condições precárias de trabalho e pelas relações que se estabelecem com a População Privada de Liberdade caracterizadas, principalmente, pelas frequentes ameaças que se estendem também aos familiares dos ASP, a rotina de trabalho e as implicações dele transformam seu convívio familiar e social, que após a entrada no trabalho penitenciário se tornou permeado pelo medo da concretização das ameaças contra a vida (PACHECO; SIMON, 2017).

Estes profissionais identificaram inúmeros impactos do trabalho em seu quadro geral de saúde, com destaque para a saúde mental e para as manifestações psicossomáticas, desencadeadas pela tensão do cotidiano laboral. Entende-se que os ambientes e processos de trabalho podem levar à precarização da existência pessoal dos agentes e que estes se sintam desvalorizados, isolados e impedidos de promover mudanças no sistema prisional (PACHECO; SIMON, 2017).

Os agentes penitenciários que demonstraram interesse no projeto foram convidados através de contato telefônico a participarem de grupos de discussão. Cada grupo seria realizado semanalmente com a participação de até 15 trabalhadores, em horário previamente acordado com a equipe executora do projeto e os agentes interessados. A duração prevista de cada encontro grupal era de uma hora e meia para garantir a sua viabilidade. Todos os encontros grupais deveriam ser realizados nas dependências da Universidade para garantir maior comodidade aos participantes, tendo em vista que esta instituição de ensino está localizada em região central e de fácil acesso.

A proposta inicial dos encontros está descrita abaixo:

Temas previstos:

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Organização do trabalho e dinâmica institucional; Prevenção de doenças crônicas; Promoção da qualidade de vida fora do trabalho; Rede de amparo ao trabalhador do município.

Detalhamentos dos encontros:

1º encontro: Apresentação, construção de regras e levantamento de expectativas: apresentação da equipe e dos componentes do grupo; apresentação do serviço oferecido pelo INSS e pelo CEREST direcionados a estes trabalhadores; construção de regras de funcionamento do grupo; levantamento de expectativas; expor os temas que surgiram no convite, seguido do planejamento dos próximos encontros.

2º encontro: Identidade profissional: breve exposição sobre outras realidades profissionais e propostas de melhorias para a saúde destes; trabalhar a autonomia no processo saúde/doença no contexto laboral; diferenciação entre o trabalho prescrito e o que ocorre na prática; abordar os estigmas do ser Agente de Segurança Penitenciário.

3º encontro: Sistema Prisional: debater sobre o contexto macro e micro ao qual estes trabalhadores estão inseridos; limites e possibilidades da atuação de um Agente de Segurança Penitenciária; levar o que está sendo feito em outras penitenciárias, por exemplo Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); fomentar articulações de melhorias possíveis dentro da Penitenciária na qual eles são atuantes.

4º encontro: Relacionamentos interpessoais dentro e fora do trabalho e encerramento do grupo: abordar as diversas relações estabelecidas no contexto familiar e laboral; promover o gerenciamento de estresse ocupacional junto ao manejo dos conflitos do ambiente de trabalho; refletir sobre formas de lidar com a hierarquia; esclarecer sobre ações e respectivas políticas públicas voltadas a saúde do trabalhador que estes podem contar no município; dinâmica de encerramento (O que significou para os usuários participar do grupo?); avaliação dos encontros; fechamento do grupo.

Entretanto, após dois encontros aguardando e retomando o contato com os agentes, decidimos por suspender esta proposta. Apenas uma agente compareceu na segunda semana e informou que devido à intervenção que a instituição estava sofrendo dificilmente os ASP compareceriam. Além desta informação, outra significativa nos chamou a atenção, que havia certo receio dos mesmos de uma participação em grupo, pois, por mais que tivessem sido esclarecidos que não se tratava de uma psicoterapia de

grupo, eles ainda insistiam que este era o objetivo dos encontros e que não se sentiam à vontade para expor seus problemas coletivamente.

3 Uma nova proposta

Devido à ausência dos agentes penitenciários aos grupos de discussão que foram agendados, a equipe executora deste trabalho se reuniu para discutir alternativas para atingir de forma mais efetiva o público-alvo. Optamos por realizar as atividades do projeto na própria Penitenciária durante o horário de trabalho dos profissionais, visando a aumentar a adesão ao Projeto e evitar que os agentes tivessem que se deslocar fora de seu horário de trabalho para participarem das ações, considerando que muitos trabalham em outros locais e estudam no período noturno.

A partir das reuniões entre CEREST, INSS e Universidade emergiu a proposta de realizar a “Semana do Trabalhador Penitenciário” com o objetivo de criar um espaço de diálogo e de escuta para que os trabalhadores pudessem discutir coletivamente sobre as repercussões do trabalho nas suas condições de vida e de saúde. Permitindo ainda, a reflexão dos participantes sobre possíveis estratégias de enfrentamento aos fatores prejudiciais à saúde. A Semana do Trabalhador Penitenciário foi inspirada nas Semanas Internas de Prevenção de Acidente do Trabalho (SIPAT) que são previstas pela Portaria nº 3.214, Norma Regulamentar nº 5 que dispõe que as SIPAT e são de fundamental importância para a diminuição e a prevenção de acidentes no trabalho.

A proposta foi apresentada em reuniões com a direção da Penitenciária a fim de alinhar a melhor forma de implementá-la, porém apesar da mesma ter consentido e concordado com os novos moldes do Projeto, a equipe teve dificuldades em alinhar uma data e horário compatíveis para ambos com o objetivo de efetuar o convite aos trabalhadores, in loco, e colher as principais demandas deles a serem abordadas na Semana do Trabalhador. A principal barreira apresentada pela instituição referia à impossibilidade dos ASP se ausentarem de seus postos de trabalho para participarem de uma reunião com a equipe, visto o baixo contingente de trabalhadores ativos. Mesmo a solução proposta pela direção, que seria o diretor convocar os trabalhadores para permanecerem na instituição após o seu expediente de trabalho, durante trinta minutos, divididos em duas turmas, sendo uma por dia, tempo que a equipe teria para abordá-los

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

coletivamente, apresentava empecilhos, pois a convocação geraria um gasto com horas extras a serem pagas aos convocados. Foram quase três meses de negociação na tentativa de definir as datas, mas todas frustradas.

Diante do contexto apresentado, buscou-se apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) que, mediante a situação exposta pela equipe, que agregou o fato da Penitenciária em questão apresentar, além do alto índice de absenteísmo por transtornos psiquiátricos relacionados ao trabalho, um histórico de mortes e tentativas de homicídio de ASP, foi instaurado pelo órgão um Procedimento Promocional. O Procedimento envolveria a investigação e fiscalização das condições de trabalho desse público pelo MPT além de buscar a viabilização das ações propostas pelas instituições participantes deste Projeto.

Ocorreram duas audiências no MPT antes da execução da ação, uma delas contou, além dos profissionais que compõe a equipe do Projeto, com a participação do diretor geral da Penitenciária. O mesmo se colocou disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários ao Ministério e receber a equipe do Projeto na instituição a fim de cooperar no fomento da Semana do Trabalhador Penitenciário. Ainda, foi discutido em audiência sobre a precariedade dos contratos de trabalho dos ASP, o que aparentemente os tornaria mais vulneráveis e com menor poder de negociação das condições de trabalho com a direção, quando comparados aos seus colegas de trabalho que são servidores concursados pelo estado e não apresentam altas índices de afastamentos do trabalho.

Com a mediação do Procurador do Trabalho, ficaram definidos dois dias consecutivos para que a equipe pudesse comparecer na instituição carcerária, efetuar o convite aos trabalhadores e levantar as necessidades deles para balizar as atividades da Semana do Trabalhador Penitenciário, a ser realizada em dezembro de 2017. Entretanto, apenas uma das datas foi respeitada pela direção da Penitenciária.

Em novembro de 2017 ocorreu o convite numa das datas acordadas, no qual compareceram em torno de 80 trabalhadores convocados, sendo apresentado a eles a proposta da equipe, distribuídos folders individuais com uma divulgação prévia da data da Semana do Trabalhador e entregues fichas a cada um para que, de forma opcional e sigilosa, registrassem seus dados (nome, telefone e e-mail) e sugestões de temas a serem trabalhados na ação. Dos convocados, 28 responderam ao questionário e, desses, 16

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

fizeram sugestões de atividades e ou temas, sendo as principais: apoio psicológico, informações sobre previdência, acesso à saúde, palestras motivacionais, promoção de um “ambiente saudável”, homenagem aos colegas de trabalho mortos em serviço.

Todos os trabalhadores da unidade penitenciária foram convidados a participarem das atividades da Semana do Trabalhador Penitenciário, incluindo aqueles do setor administrativo e do setor de atenção à saúde da população privada de liberdade. Para os que não receberam o convite em mãos, foi disponibilizado folders à direção da instituição para serem entregues aos demais e para serem afixados nos murais internos. Apesar de o presente trabalho apresentar o objetivo de oferecer um espaço de discussão sobre as repercussões do trabalho nas condições de vida e de saúde dos agentes penitenciários, entendeu-se a importância de incluir todos os trabalhadores da Penitenciária nestas ações, independentemente do cargo que ocupavam.

As ações foram planejadas baseadas nas sugestões dos ASP, sendo que a Semana do Trabalhador Penitenciário ocorreu na segunda quinzena de dezembro de 2017, de segunda a sexta-feira, no período matutino, das 9:00 às 11:00 horas, conforme estabelecido pela direção da Penitenciária. A sala disponibilizada pela instituição ficava localizada na entrada do local, antes do pavilhão de revista, porém, conforme determinação dos diretores, todos os profissionais da equipe e palestrantes passavam diariamente por 2 revistas antes de acessarem a sala em que ocorreria a intervenção. O local foi higienizado pelas mulheres privadas de liberdade no primeiro dia e contava com cadeiras, mas tinha iluminação e ventilação ruins; apesar de não ser o mais apropriado e dinâmico para o evento, era o único espaço mais compatível e que foi disponibilizado naquele momento.

O primeiro dia contou com a presença de 40 trabalhadores; houve uma abertura com a presença de toda a equipe do Projeto e o diretor de Atenção à Saúde e Ressocialização. Foi realizada uma dinâmica para integração dos participantes e também com vistas a reforçar a importância do trabalho em equipe no cotidiano diário do ambiente de trabalho; após, ocorreu uma palestra interativa que abordou o tema comunicação e motivação no trabalho com uma psicóloga especialista em “coaching” e durante esse período uma consultora de beleza ficou à disposição dos interessados com a demonstração de produtos de beleza e assessoria na área. No segundo dia, os quinze participantes ouviram sobre os temas empreendedorismo com um representante de um

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

órgão municipal que dá suporte para as pessoas interessadas em desenvolver ou iniciar o próprio negócio, qualificação profissional com representantes do SESI, SENAI e SENAC, atividades culturais e de lazer e mercado de trabalho, visto que boa parte dos ASP são contratados.

No terceiro e quarto dias tratamos sobre o tema Previdência Social com a presença de um servidor da Previdência do estado e servidores do INSS, que numa roda de conversa dialogaram com os participantes sobre os benefícios disponíveis, formas de acesso e sanaram muitas dúvidas a respeito de aposentadoria, atividade especial, afastamento do trabalho, esclareceram sobre o auxílio-reclusão, e demais questionamentos trazidos pelos trabalhadores presentes. Também no quarto dia a equipe do CEREST esteve presente e fez orientações sobre saúde do trabalhador e esclareceu a respeito da rede pública existente de atendimento na área, além de ter reunido dados para contato de trabalhadores que trouxeram a tona a sua necessidade e dificuldade de acesso a atendimento psicológico, principalmente devido ao horário de funcionamento das unidades de saúde do SUS, que coincide com o horário de trabalho deles, ficando acordado que a equipe buscaria junto ao município uma alternativa para atender à demanda que emergiu. Estiveram presentes 22 e 18 trabalhadores, respectivamente, no terceiro e quarto dia.

O encerramento da Semana do Trabalhador Penitenciário contou com a promoção de uma atividade meditativa e de dança circular, onde houve a participação de sessenta trabalhadores, além de sorteio de brindes, café da manhã e uma homenagem feita por um ASP aos colegas de trabalho falecidos, finalizando com a entrega de rosas para cada participante. A equipe do Projeto estava toda presente além do diretor geral da instituição e demais diretores, nos demais dias da semana, excluindo a abertura, a equipe se revezou em duplas na coordenação das ações.

Houve uma média de 31 participantes por dia, no decorrer da Semana, sendo que a maioria destes servidores trabalhava no setor de saúde e administrativo. As palestras, no geral, foram ministradas por entidades e profissionais parceiros que, mediante o convite da equipe se disponibilizaram a contribuir com as ações.

Vale ressaltar, que foram realizadas supervisões semanais com a participação de representantes do INSS, CEREST e da universidade no decorrer das ações do projeto. As supervisões tiveram duração de duas horas e apresentavam o objetivo de

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

discutir coletivamente as dificuldades, as soluções encontradas, as estratégias metodológicas adotadas, entre outras questões que ajudaram no desenvolvimento deste processo e na reorientação das ações.

Frente à demanda apresentada pelos trabalhadores para atendimento psicológico, a equipe contatou o diretor da atenção psicossocial do município o qual orientou e definiu que em uma das unidades de saúde do município, a mais central, disponibilizaria o atendimento noturno, compatível com a jornada de trabalho dos ASP. Foi feito contato telefônico com todos os trabalhadores que listaram seus nomes e contatos no quarto dia da Semana do Trabalhador Penitenciário e orientados sobre local, horário e a profissional de referência que eles poderiam buscar para agendarem o atendimento psicológico.

Outro desdobramento da Semana do Trabalhador Penitenciário, é que a equipe desse Projeto participou de outra audiência no MPT para instrução no Procedimento Promocional em andamento. Na ocasião, além de ser relatado sobre a intervenção efetivada pela equipe, o Procurador do Trabalho afirmou que, conforme havia sido tratado na penúltima audiência, dentro de um prazo de três meses seriam liberados recursos financeiros pelo MPT, advindos de multas pagas por empresas, para a Penitenciária. Os recursos seriam destinados para a execução dos projetos apresentados pela direção da instituição carcerária ao órgão, de melhoria da infraestrutura e do ambiente de trabalho, incluindo a estruturação de uma sala de convivência para os trabalhadores penitenciários, reivindicação esta apresentada pelos funcionários e pelas instituições executoras das ações aqui descritas.

4 Discussão

Quanto às implicações práticas do presente projeto de extensão, destacam-se os resultados obtidos através das atividades promovidas pela Semana do Trabalhador Penitenciário, que reuniu trabalhadores de uma Penitenciária das áreas de vigilância, administrativa e da saúde. Entretanto, a participação foi maior entre os trabalhadores da área administrativa e da saúde, uma vez que o baixo contingente de agentes penitenciários pode ter prejudicado o revezamento de trabalhadores nos postos de trabalho para participação no evento.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Daqueles que participaram, percebemos que houve adesão durante a execução das atividades e relatos positivos da pertinência dos temas abordados, em especial, com relação aos temas, a saber: empreendedorismo e qualificação profissional. O significativo interesse dos trabalhadores da Penitenciária pelo empreendedorismo e pela qualificação profissional, possivelmente pode ser justificado pelo fato que muitos participantes não eram efetivos e sofriam diante da possibilidade eminente de finalização de contrato, buscando informações sobre estratégias para a sua reinserção no mercado de trabalho.

Foi possível perceber também que a discussão coletiva dos temas abordados ao longo da Semana do Trabalhador Penitenciário favoreceu a construção por parte dos trabalhadores de estratégias de superação das dificuldades enfrentadas por eles no ambiente de trabalho e em seu contexto de vida, tendo em vista que a partir da discussão coletiva foi possível observar apoio mútuo entre a equipe de trabalho. De acordo com Steiner e Wooldredge (2016) o apoio de colegas de trabalho é uma variável micro organizacional que pode influenciar positivamente na saúde ocupacional do trabalhador.

É importante que os servidores promovam regularmente espaços de discussão sobre as repercussões do trabalho nas condições de vida e de saúde dos agentes de segurança penitenciária, de modo que as discussões não se restrinjam somente às atividades deste projeto de extensão.

As atividades propostas na Semana do Trabalhador Penitenciário permitiram a reflexão dos participantes sobre possíveis estratégias de enfrentamento aos fatores que prejudicam sua saúde. A metodologia intervencionista adotada foi concebida a partir das demandas levantadas junto aos ASP e em função dos dados dos serviços de atendimento, ou seja, em estreita associação com a resolução de um problema coletivo no qual os participantes representativos da situação ou do problema estiveram envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Segundo Cassandre e Godoi (2013) os participantes desempenham um papel ativo na busca por soluções para os problemas identificados, no acompanhamento e na avaliação do processo de busca das soluções. Neste cenário, a equipe responsável pela condução do projeto de extensão adotou uma atitude de escuta, priorizando o entendimento dos aspectos levantados pelos diferentes atores sociais envolvidos.

Ao envolver todos os trabalhadores e trabalhadoras da unidade penitenciária, sem restrição e distinção, ampliamos as possibilidades de promover a saúde no ambiente de trabalho, a partir de um contexto rígido, duro e vulnerável. Foi possível, porém, executar uma proposta fundamentada nas demandas dos trabalhadores respeitando as condições de trabalho e as limitações que estas impunham.

As ações desenvolvidas possibilitaram promover a divulgação da rede pública de amparo ao trabalhador para que os servidores pudessem ativamente buscar atendimento para as suas demandas individuais e coletivas e com isso enfrentar as questões colocadas na área de saúde mental. Considera-se que a divulgação da rede de amparo ao trabalhador pode contribuir para que o direito à saúde seja ampliado, assegurando a promoção e a reabilitação da saúde ocupacional, bem como a prevenção do adoecimento relacionado ao trabalho de maneira interdisciplinar e intersetorial (CONCIANI; PIGNATTI, 2015).

O desenvolvimento da ação de forma intersetorial, que articulou as políticas de saúde, educação, previdência social e justiça, seguiu os pressupostos da legislação, e vislumbrou parte das interfaces que abarcam a complexidade da rede de amparo ao trabalhador brasileiro. Foi pioneiro na promoção da Previdência Social enquanto uma política que agrega também ações preventivas no âmbito da rede de atenção ao trabalhador, ao se pensar numa proposta voltada às empresas que tem os maiores índices de adoecimento ocupacional. O INSS, enquanto detentor de dados importantes sobre os índices de afastamentos do trabalho pode ter uma contribuição ativa na divulgação de informações e na execução de políticas preventivas. Também se mostrou primordial a participação do MPT atuando como intermediador e agente fiscalizador da legislação trabalhista em defesa dos direitos dos trabalhadores penitenciários.

Segundo Daldon e Lancman (2013) é fundamental que as instituições envolvidas na saúde do trabalhador se comprometam com a execução de ações de vigilância, por meio de mecanismos de investigação, análise e intervenção sobre os processos, os ambientes, as organizações e as relações de trabalho, promovendo a saúde dos trabalhadores e a prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho.

5 Considerações Finais

Entende-se que esta ação de extensão desenvolvida com os trabalhadores e trabalhadoras de uma unidade penitenciária deve ser contínua, inclusive com a proposta de encontros grupais de reflexão que sejam fixos, mensais e dentro da Penitenciária, onde poderiam ser abordados temas de interesse dos trabalhadores. Além de fortalecer a integração com a rede de atenção à saúde do município, principalmente, na área de saúde mental a fim de garantir o atendimento individual, inicialmente priorizado pelos ASP.

Consideramos fundamental uma sensibilização com os gestores locais da instituição sobre a saúde dos trabalhadores no contexto prisional, por entender que a relação hierárquica estabelecida e o tipo de gestão tem influência direta no contexto organizacional e na saúde mental dos trabalhadores. Apesar de este projeto ser pioneiro no âmbito municipal e resultar em impacto social significativo, uma limitação importante percebida foi a falta de adesão dos agentes penitenciários aos grupos de discussão que poderiam contribuir para a promoção da saúde mental. A coresponsabilidade do trabalhador por sua saúde envolve assumir a responsabilidade e uma atitude social de implicação para que seja possível mobilizar uma rede de atores em busca de um entendimento recíproco sobre a situação enfrentada (LIMA; ZAMBRONI-DE-SOUZA; ARAÚJO, 2015).

Outra limitação deste trabalho se refere à participação reduzida dos trabalhadores na Semana do Trabalhador Penitenciário, especialmente dos agentes penitenciários. Possivelmente, a pequena participação dos profissionais se deu, sobretudo, pelo tipo de atividade que exercem, ou seja, de segurança, que impede que seus postos fiquem descobertos totalmente. Dessa forma, os trabalhadores que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade, em geral, não puderam participar das ações. Embora, segundo Ghaddar et al. (2011) os riscos psicossociais sejam maiores entre os agentes penitenciários que têm mais contato com os presos em comparação com os trabalhadores da saúde da área administrativa.

Além das limitações apresentadas, inclui ainda a falta de engajamento da direção da Penitenciária, ou seja, dos gestores locais, em viabilizar as ações, somadas às dificuldades práticas em desenvolver o projeto de extensão no sistema prisional, no que

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

se refere ao agendamento das atividades e à utilização do espaço físico da instituição, tendo em vista que uma unidade prisional possui normas rígidas de segurança, bem como processos de trabalho burocráticos. Tal constatação é confirmada por Brosens et al. (2015) que consideram que o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos na prisão ainda é muito restrito, pois envolve diferentes desafios práticos, metodológicos, éticos e emocionais.

Dessa forma, diante do número reduzido de estudos teóricos e práticos com trabalhadores do sistema prisional, fica evidente a relevância da continuidade e aperfeiçoamento das ações conjuntas entre diferentes instituições que conjugam sobre a saúde do trabalhador no sentido da promoção de saúde que incluam não só ações educacionais, mas também ações de vigilância em saúde.

É fundamental que os processos de vigilância possam incluir a participação dos agentes penitenciários de forma a garantir que as transformações decorrentes dessas ações traduzam suas necessidades e sejam por eles apropriadas e validadas, tendo em vista que muitos trabalhadores durante a Semana do Trabalhador Penitenciário se mostraram capazes de propor intervenções visando à prevenção do adoecimento ocupacional.

Sugerimos que estudos futuros se dediquem a relatar mais experiências interventivas exitosas em saúde do trabalhador executadas com trabalhadores do sistema prisional, investigando os efeitos práticos das ações tanto para os trabalhadores como para a organização e elaborando estratégias que visem a garantir que os participantes se sintam motivados para participar de ações de intervenção em saúde do trabalhador.

Por fim, esperamos que o presente projeto piloto ofereça contribuições práticas que possam ser úteis para o planejamento, a execução e a avaliação de ações direcionadas para promoção da saúde do trabalhador penitenciário.

Referências

ANDRADE, Ueliton Santos; FERREIRA, Fábio Félix. Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 24-38, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

BENETTI, Pablo Cesar; SOUSA, Ana Inês; SOUZA, Maria Helena do Nascimento.

Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência.

Revista Brasileira de Extensão da Universidade de Chapecó, v. 6, n. 1, p. 25-32, 2015.

BONEZ, Aline; DAL MORO, Elisamara; SEHNEM, Scheila Beatriz. Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. **Psicologia Argumento**, v. 31, n. 74, p. 507-517, 2017.

BOUDOUKHA, A. H. et al. Burnout and victimisation: impact of inmates' aggression towards prison guards. **L'encephale**, v. 37, n. 4, p. 284-292, 2011.

BRASIL. Decreto n. 7.602, de 07 de Novembro de 2011. Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Casa Civil, Brasília, DF, 08 Novembro, 2011.

BRASIL. DECRETO N. 8.725, DE 27 DE ABRIL DE 2016. Rede Intersetorial de Reabilitação Integral. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Casa Civil, Brasília, DF, 28 Abril, 2016.

BROSENS, Dorien et al. Building a research partnership in a prison context: From collaboration to co-construction. **Sociological Research Online**, v. 20, n. 3, p. 1-15, 2015.

CASSANDRE, Marcio Pascoal; GODOI, Christiane Kleinübing. Metodologias intervencionistas da teoria da atividade histórico-cultural: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, p.11-23, 2014..

CLARK, Andrew et al. Learning to see: lessons from a participatory observation research project in public spaces. **International journal of social research methodology**, v. 12, n. 4, p. 345-360, 2009.

CONCIANI, Marta Ester; PIGNATTI, Marta Gislene. Concepções e práticas de vigilância em saúde mental relacionada ao trabalho. **Espaço para a Saúde-Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 16, n. 2, p. 45-55, 2015.

DALDON, Maria Teresa Bruni; LANCMAN, Selma. Vigilância em Saúde do Trabalhador-rumos e incertezas. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 127, p.92-106, 2013.

DAVEY, Natalie. **Breaking Out: The Institutionalized Practices of Youth Prison Guards and the Inmates Who Set Them Free. In Exploring the Toxicity of Lateral**
Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Violence and Microaggressions (pp. 231-245). PalgraveMacmillan: Cham, 2018.

DIMENSTEIN, Magda et al. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 62-70, 2017.

FAGUNDES, Emerson França; COSTA, Julierme Carlos; MOREIRA, Tabita Aija Silva. Qualidade de Vida no Trabalho: o caso dos agentes penitenciários em um Centro de Detenção Provisória do Rio Grande do Norte. **Research, Society and Development**, v. 5, n. 2, p. 109-123, 2017.

FERREIRA, Vivilene Garcia; SOUZA, Cássio Bruno Castro. Ambiente de trabalho saudável: Uma análise das características do meio ambiente de trabalho dos agentes penitenciários nos presídios masculinos do município de Porto Velho. In **Anais do I Congresso Rondoniense de Carreiras Jurídicas** (pp. 385-401). Porto Velho, PO, 2016.

GHADDAR, Ali et al. Exposure to psychosocial risks at work in prisons: Does contact with inmates matter? A pilot study among prison workers in Spain. **Stress and Health**, v. 27, n. 2, p. 170-176, 2011.

JASKOWIAK, Caroline Raquele; FONTANA, Rosane Teresinha. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 2, 2015.

LIMA, Claudia Maria Pereira de; ZAMBRONI-DE-SOUZA, Paulo César; ARAÚJO, Anísio José da Silva. A Gestão do trabalho e os desafios da competência: uma contribuição de Philippe Zarifian. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1223-1238, 2015.

LIMA, Claudia Maria Pereira de; ZAMBRONI-DE-SOUZA, Paulo César; ARAÚJO, Anísio José da Silva. A Gestão do trabalho e os desafios da competência: uma contribuição de Philippe Zarifian. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1223-1238, 2015.

LOURENÇO, A. S. **O Espaço de Vida do Agente de Segurança Penitenciária no Cárcere**: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072010-153506/pt-br.php>, 2010.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP)**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2010.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Manual Técnico de atendimento na área de reabilitação profissional**. 3 ed. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Integral às pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 1679/GM**. Recuperado de

<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-1679.htm>, 2002.

PACHECO, Vitória Ruvieri; SIMON, Cristiane Paulin. **Percepções de Agentes de Segurança Penitenciária atuantes na região do Triângulo Mineiro sobre o impacto do trabalho em suas condições de saúde**. 2017. 27 f. Dissertação (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Triangulo Mineiro, Uberaba, 2017.

RUMIN, Cassiano Ricardo et al. O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 31, n. 1, p.199-199, 2011.

SILVA, Batista; BRAGA, Martinho. Emergência de uma política, extinção de uma coordenação: sobre a gestão da saúde penitenciária no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2021-2030, 2016.

SOUZA, Isabel et al. O Perfil Sociodemográfico, Acadêmico e Laboral do Agente de Segurança Prisional de Catalão-GO. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, 2015.

STEINER, Benjamin; WOOLDREDGE, John. Individual and Environmental Influences on Prison officer safety. **Justice Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 324-349, 2017.

THIOLLENT, Michel; OLIVEIRA, Lídia. Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, p. 357-366, 2016.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; MONTEIRO, Janine Kieling. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, 2013.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; MONTEIRO, Janine Kieling. Prazer e sofrimento no **Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações**. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

trabalho das agentes de segurança penitenciária. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 527-535, 2013.

Apresentado em junho de 2018.

Aprovado para publicação em agosto de 2018.

